

## REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO ESTADO MODERNO NO SISTEMA DO CAPITAL

Eixo: Movimento operário e organização de classe: lições da história e perspectivas de

Rosângela de Araújo<sup>1</sup>  
Edna Bertoldo<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a atualidade da teoria marxista sobre o Estado contemporâneo, fundamentado na obra *Para além do capital*, de István Mészáros, buscando aprofundar a questão segundo a qual o Estado, embora não seja deslocado da categoria fundante da sociedade (a economia), não é uma superestrutura, como tem sido tratado em geral, mas uma estrutura. A metodologia utilizada no estudo foi a pesquisa bibliográfica, que possibilitou fazer o resgate da autêntica teoria de Marx para enfrentar os desafios das contradições do capital e os limites do Estado capitalista. Conclui-se que a alternativa socialista radical se apresenta à humanidade como única solução viável para o enfrentamento dos graves problemas causados pelo capitalismo.

**Palavras-chave:** Estado capitalista. Emancipação. Marxismo.

## REFLECTION ON THE MODERN STATE'S ROLE IN THE CAPITALIST SYSTEM

### Abstract

This article aims to analyze the relevance of Marxist theory on the contemporary State, based on the István Mészáros work *Beyond capital*, seeking to deepen the question that the State, although it's not displaced from the society founder category (the economy), is not a superstructure, as it has been treated in general, but an structure. The methodology used in this study was the bibliographic research, which enables the resume of Marx's authentic theory in order to confront the challenges of capital contradictions and the limits of capitalist State. It's concluded that the radical socialist alternative is presented as the only practicable solution to the confrontation of serious problems caused by capitalism.

**Keywords:** Capitalist State. Emancipation. Marxism.

### Introdução

---

<sup>1</sup> rosinha.ufal@gmail.com

<sup>2</sup> edna\_bertoldo@hotmail.com

O presente artigo é resultado de pesquisa realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFAL/FAPEAL), cujo propósito é analisar em que consiste a atualidade da teoria marxiana sobre o Estado contemporâneo a partir da obra *Para além do capital*, buscando apreender a sua natureza essencial e sua validade para a compreensão do papel do Estado no atual processo de desenvolvimento capitalista. Para isso, o autor partiu do resgate do pensamento de Marx na obra *O capital*, onde ele investiga o mundo contemporâneo, fazendo densas críticas à lógica da ordem social dominante, o que permite vislumbrar alternativas ofensivas socialistas na luta contra o sistema de controle social do capital.

Na obra *Para além do capital*, István Mészáros esboça um pensamento crítico e reflexivo na luta ostensiva contra o controle sociometabólico do capital e sua crise estrutural histórica que afeta todo o sistema global. Portanto, para o autor, somente uma alternativa socialista radical tem condições de oferecer uma solução viável para enfrentarmos os sérios problemas que afetam a humanidade em consequência do círculo vicioso do capital.

Partindo disso, buscamos apreender as análises de Mészáros acerca do Estado no contexto histórico que marcou o seu processo de desenvolvimento. Consideramos pertinente apresentar dados acerca da vida do autor, bem como informações sobre a obra *Para além do capital*, cujos capítulos referentes ao Estado foram analisados.

## **1 Sobre o autor e sua obra *Para além do capital***

A obra *Para além do capital* foi redigida pelo filósofo marxista István Mészáros desde a sua saída da Hungria em 1956. Ele nasceu na Hungria em 1930 e após a invasão militar soviética em 1956, foi viver alguns anos na Itália; em 1959 mudou-se para a Inglaterra, onde reside até hoje.

Mészáros graduou-se em filosofia, em 1954, e atualmente é professor aposentado da Faculdade de Artes da Universidade de Sussex (Inglaterra), onde recebeu o título de professor Emeritus.

O filósofo húngaro, antes de estudar e trabalhar como professor universitário, já havia trabalhado como operário numa fábrica têxtil e em uma indústria de aviões de carga; além disso, trabalhou como assistente de Georg Lukács.

Através da biografia do autor, nota-se que as várias experiências por ele vivenciadas possibilitou-lhe a apropriação de uma visão de mundo que o fez aspirar uma sociedade radicalmente diferente da ordem capitalista.

Sua obra *Para além do capital* levou aproximadamente duas décadas para ficar pronta e hoje representa um legado do marxismo, sendo considerada por vários teóricos, uns dos principais intelectuais marxistas da contemporaneidade.

*Para além do capital* é uma das mais importantes obras que estuda o pensamento de Marx, sendo considerada por alguns um monumento histórico do marxismo. A obra recebe influência de Marx, Lukács e Rosa Luxemburgo. Segundo Antunes (2002, p. 15), esse projeto era um sonho de Lukács, pois certa vez havia dito que gostaria de retomar o projeto de Marx e escrever a obra *O Capital* de nossos dias; contudo, não foi possível concretizá-lo, restando para Mészáros a missão de contribuir para a realização do sonho do amigo.

### **Análise do Estado na obra *Para além do capital*<sup>3</sup>**

A análise do Estado do marxista István Mészáros em *Para além do capital* (2002), está associada à sua tese de que o capital é considerado *uma forma incontrolável de controle sociometabólico*, que surge no curso da história como uma poderosa estrutura dinâmica e “totalizadora” na extração de trabalho excedente. O capital, para se consolidar como um sistema socioreprodutivo globalmente dominante, submete tudo ao seu controle, “inclusive os seres humanos, que deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade’ ‘produtiva’, ou perecer, caso não consiga adaptar” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96). Essa é a razão principal identificada

---

<sup>3</sup> Os capítulos selecionados que tratam da problemática do Estado na obra *Para além do capital* (2002) foram os seguintes: **Parte I - Cap. 2:** 2.2 Os imperativos corretivos do capital e o Estado (p. 106-125); 2.3 A dissonância entre as estruturas reprodutivas materiais do capital e sua formação de Estado (p. 125-132); Cap. 5: 5.1 O capital transnacional e os Estados nacionais (p. 227-248); **Parte II - Cap. 13.** Como poderia o estado fenecer? (p. 561-563); 13.1 Os limites da ação política (p. 563-566); 13.2 Os principais traços da teoria política de Marx (p. 566-571); 13. 3 Revolução social e voluntarismo político (p. 571-577); 13. 4 Crítica da filosofia política de Hegel (p. 577-584); 13.5 O deslocamento das contradições do capital (p. 584-592); 13.6 Ambiguidades temporais e mediações que falam (p. 592-602); **Parte III - Cap. 16** A taxa de utilização decrescente e o estado capitalista: administração da crise e auto-reprodução destrutiva do capital 16.1 A linha de menor resistência do capital (p. 675-685), 16.2 O significado do complexo militar-industrial (p. 685-695); 16.3 Das “grandes tempestades” a um *continuum* de depressão: administração da crise e auto-reprodução destrutiva do capital (p. 695-700); **Parte IV - Cap. 23** Divisão do trabalho e estado pós-capitalista (p. 1032-1034); 23.6 O Estado pós-revolucionário (p. 1059-1061). Além do estudo dos textos de Mészáros, foi selecionada também a obra *Marx, Mészáros e o Estado* (2012), de Edivânia Melo, Cristina Paniago e Mariana Andrade. Trata-se de uma obra adicional para aprofundar a discussão sobre o Estado em Mészáros.

pelo autor que serve para explicar porque o sistema do capital escapa forçosamente ao controle humano.

Netto e Braz (2008, p. 111), fazendo referência ao surgimento do Estado, argumenta que historicamente o Estado burguês veio se desenvolvendo desde o período da fase da acumulação primitiva, antecedendo-se ao modo de produção capitalista, consolidando-se na Revolução Francesa. Foi necessário aproximadamente mais de dois séculos (entre os meados do XVI aos séculos XIX) para que o sistema do capital pudesse impor seu domínio absoluto sobre o processo de trabalho, caracterizando assim o modo de produção capitalista. Hoje, em pleno século XXI, o capital ocupa o centro da vida econômica, como um sistema universal de produção generalizada da mercadoria.

Assim, com o desenvolvimento do sistema capitalista, o Estado burguês passou a existir, acima de tudo e contra todos, para submeter violentamente o seu poder de *controle abrangente* sobre as forças centrífugas insubordináveis que derivam de unidades produtivas isoladas do capital, constituindo um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Desse modo, esses acontecimentos provocaram a evolução das forças produtivas, no qual o capital reorganizou seus parâmetros estruturais de acumulação e de reprodução irrefreáveis. Contudo, essa reviravolta radical da substituição do sistema reprodutivo feudal pelo sistema capitalista, significou a existência de um novo microcosmo socioeconômico, que se destaca especificamente pela sua grande mobilidade e dinamismo; assim, a classe burguesa estruturou seu controle absoluto sobre a sociedade.

Neste aspecto, o Estado burguês (2002, p. 102-103, grifo do autor),

Ao se livrar das restrições subjetivas e objetivas da autossuficiência, o capital se transforma no mais dinâmico e mais competente *extrator do trabalho excedente* em toda a história. Além do mais, as restrições subjetivas e objetivas da autossuficiência são eliminadas de uma forma inteiramente reificada, com todas as mistificações inerentes à noção de ‘trabalho livre contratual’. Ao contrário da escravidão e da servidão, esta noção aparentemente absolve o capital do peso da dominação forçada, já que a ‘escravidão assalariada’ é *internalizada* pelos sujeitos trabalhadores e não tem de ser imposta e constantemente reimposta *externamente* a eles sob a forma de dominação política, a não ser em situações de grave crise. Assim, como sistema de controle metabólico, o capital se torna o mais eficiente e flexível mecanismo de extração do trabalho excedente.

Com toda essa eficácia implacável, o capital demonstra que é capaz de eliminar barreiras e contornar situações para continuar o seu desenvolvimento.

Conforme a análise de Mészáros (2002, p. 106), “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta do capital para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”. Assim, “O capital chegou à dominância no reino da produção material e paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno” (Ibidem, p. 106).

Tratando-se de uma estrutura totalizadora de comando político, o Estado moderno, com seu poder imperativo, forma a única estrutura corretiva de ajuste compatível com os parâmetros do modo de controle sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 107). Sua função nada mais é do que agir sobre os defeitos estruturais do capital, retificando as restrições e coesões onde for necessária a ação corretiva para ajustar as faltas de unidades, podendo variar conforme as circunstâncias históricas que provocam fraturas entre os três aspectos, conforme afirma o autor:

Não poderia ser de outra forma, pois os microscomos antagonicamente estruturados do sistema capital com seu - irradicável, *bellum omniium contra omnes*, manifesto na tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação contradição - jamais questionado. São simplesmente incorporados à idealidade do Estado e com isso deixam de representar perigo de ruptura ou explosão, uma vez que atingiu a idealidade de uma forma de ‘verdadeira reconciliação’. (MÉSZÁROS, 2002, p. 116, grifo do autor).

Na separação entre *produção* e *controle*, designada pelo autor como a primeira unidade ausente, definida como “contrabandeada”, é legalmente protegida pelo Estado moderno graças às suas variadas formas de personificações utilizadas pelo capital, que consegue favorecer com eficiência a dominação da força de trabalho, “impondo ao mesmo tempo ao trabalhador a falsa ilusão de um relacionamento entre iguais ‘livremente iniciado’ (às vezes até constitucionalmente ficcionalizado)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

De acordo com o autor, em relação à forma de intervenção administrativa no duelo da separação entre *produção* e *controle*, “a estrutura legal do Estado é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho” (Ibidem, p. 107).

Melo et al., baseando-se em Marx, afirmam que o Estado faz usufruto do aparato jurídico para satisfazer os interesses privados da burguesia:

Assim na fase de estruturação do modo de produção capitalista, durante o período de acumulação primitiva do capital, o Estado se valia das leis contra a mendicância (legislação sanguinária) para penalizar violentamente os trabalhadores que foram expulsos de suas terras e separados dos seus instrumentos de produção e das condições de realização de trabalhos autônomos, levando muitos a se transformarem em vagabundos e pobres (MELO et al., 2012, p. 36).

Conforme afirma Mészáros, o Estado necessita das intervenções jurídicas para proteger legalmente a relação de força estabelecida pelo sistema do capital:

Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os menores ‘microcosmos’ do sistema do capital – antagonicamente estruturado – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica. (Ibidem, p. 107-108).

A segunda unidade significa a ruptura entre *produção* e *consumo*, sendo uma característica do sistema de controle sociometabólico do capital, que a partir dos impulsos imperativos expansionistas, o capital conquistou sua dominância reprodutiva, eliminando todas as restrições do passado, substituindo a produção do valor de uso pelo valor de troca. Consequentemente essa dinâmica mutante de expansão e acumulação irresistível dos últimos séculos abriu espaço para a esfera do consumo desenfreado, que não apenas permitiu atender às necessidades reais, mas também geraram necessidades imaginárias ou artificialmente estimuladas e sem limite, que cresce em escala cada vez maior e destrutiva.

Desse modo, vê-se que apesar dos grandes avanços científicos e tecnológicos em função das necessidades irresistíveis de expansão e acumulação, o capital não consegue atender às verdadeiras necessidades vitais da esmagadora maioria da humanidade que é brutalmente excluída do direito de ter acesso às necessidades básicas como alimentação, saúde, educação e moradia; ou seja, grande número da população vive em plena situação de miséria e pobreza. Então, para disfarçar as profundas *iniquidades* das relações estruturais dadas na esfera do *consumo*, o sistema vale-se da necessidade ideológica para mostrar uma administração benéfica. Assim, “tudo deve ser desvirtuado para proporcionar a impressão de coesão e unidade, projetando uma ordem saudável e racionalmente administrável” (MÉSZÁROS, 2002, p. 109).

Na relação entre produção e consumo, o real papel do trabalhador (produtor direto) é invertido pelo poder da ideologia burguesa, que transforma o capitalista (expropriador) como “o produtor” (“ou o produtor da riqueza”) e trata o consumidor/cliente como uma fantasiosa entidade independente, de modo que o verdadeiro produtor da riqueza - o trabalhador - é ocultado (Ibidem, p.109).

Por essa, razão Mészáros afirma que:

o papel totalizador do Estado moderno é essencial. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômica, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. Além do mais, o Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 110).

Na terceira unidade *produção e circulação*, o capital constitui um sistema socio-reprodutivo orientado pela expansão e guiado pela acumulação. Sendo assim, o Estado desempenha o papel de agente totalizador da criação da circulação global.

Dessa forma, para o capital existir como sistema global, “a globalização significa um desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 111). Assim, no plano da política totalizadora os Estados nacionais de grandes potências econômicas, estabelecem uma hierarquia de poder entre os demais Estados, que exercem um papel de facilitador diante das transações comerciais (Idem, 111).

Para Mészáros (2002, p.121), “o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital e corporifica a dimensão coesiva necessária a seu imperativo estrutural para a expansão e a extração do trabalho excedente”.

Na concepção do autor, descrever o Estado como uma superestrutura seria completamente um equívoco, porque:

Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema), o estado não pode ser reduzido ao status de superestrutura. Ou melhor, o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria superestrutura – a que Marx se referiu apropriadamente como ‘superestrutura legal e política’ - exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais (MÉSZÁROS, 2002, p. 119).

Nesse sentido, sendo o Estado uma estrutura de comando político abrangente, não pode ser considerado uma instância “autônoma” em relação ao capital, em sentido algum, “pois juntos são um só inseparáveis” (Ibidem, p. 119). Sendo assim, o Estado é uma estrutura totalizadora de comando político abrangente que **complementa** parte da “base material” do sistema do capital, tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas (Ibidem, p. 119). Desse modo, complementar não significa dizer que o Estado é a base econômica.

Netto e Braz (2008, p. 34), discorrendo sobre a concepção de trabalho em Marx, afirmam “que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mais é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser social”. Conforme essa teoria, o trabalho transforma a natureza em produtos que satisfazem as necessidades humanas e cria a riqueza social. Por esse motivo, entende-se que o trabalho distingue-se de todas as outras atividades porque somente ele tem a função de produzir a riqueza material necessária para a sobrevivência humana. Então, com base em Marx, podemos concluir que o trabalho é sempre a base econômica de qualquer forma de sociabilidade.

O Estado moderno contribui significativamente em todos os aspectos para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, como também para seu funcionamento (MÉSZÁROS, 2002, p. 125). Nesse sentido, Mézáros ressalta que:

A condição material necessária para firmar com sucesso o imperativo estrutural expansionista do capital é a constante extração do trabalho excedente de uma forma ou de outra de acordo com as mudanças das circunstâncias históricas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 120).

Dessa forma, como uma estrutura totalizadora, o Estado expõe a sua lógica à divisão do trabalho hierárquico/estrutural das suas unidades reprodutivas socioeconômicas. Assim, o sistema do capital exerce plena autonomia para consumir a extração do trabalho excedente nas unidades de produção particulares, exigindo dos trabalhadores eficiência e competitividade para atingir níveis de produção cada vez mais altos. Por essa razão, Mézáros afirma:

Entretanto, o princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas - é necessária inclusive as variedades pós-capitalistas -, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 121).

Como se trata de um modo de controle sociometabólico social, o sistema do capital é singular na história e, nesse sentido, constitui um sistema de controle “*sem sujeito*” (Ibidem, p. 125, grifo do autor). Com base nas palavras do autor, mesmo as pessoas que ocupam cargo de alto poder na estrutura do capital, são consideradas “personificações do capital”, que aparentemente exercem o poder de controle, mas na verdade são manipuladas e controladas pelas exigências imperativas fetichistas do próprio sistema (MÉSZÁROS, 2002, p. 125).

Conforme as transformações do desenvolvimento capitalista, a produção passou de pequenas unidades produtivas fragmentadas para as imensas corporações transacionais com articulação global; com isso cada vez mais acrescentaram as dificuldades de controle do capital sobre o trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p. 126).

Desse modo, para assegurar a ordem nas unidades de produção, “o papel do Estado em relação a esta contradição é da maior importância, pois é ele quem oferece a garantia fundamental de que a recalcitrância e a rebelião potenciais não escapem ao seu controle” (Ibidem, p. 126).

Segundo Mézáros (2002, p. 227), sempre foi muito complicado, do ponto de vista do capital, tentar solucionar a contradição existente entre “as tendências fundamentais de desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados”. Pois é uma tendência expansionista do próprio sistema do capital reproduzir conflitos em proporção cada vez maior e com gravidade cada vez pior.

Dessa forma o desenvolvimento do sistema capitalista tem ganhado cada vez mais fortalecimento diante de sua relação com a estrutura estatal. Este sistema em constante expansão irresistível é mais abrangente que os anteriores nas diferentes formas de trabalho e nas diferentes formas de produção. Seu crescimento está incorporado na lei do consumo para manter sua força vital. O sistema capitalista cada vez mais busca meios para intensificar/impulsionar o consumo (trabalhador).

Do ponto de vista de Mézáros (2002, p. 694), como resultado das novas exigências e determinações do capitalismo avançado, a ciência é desviada de seus objetivos positivos, e a ela é designado o papel de ajudar a multiplicar as forças e modalidades da destruição, tanto diretamente -, fazendo parte da folha de pagamento do complexo militar-industrial, como indiretamente -, a serviço da “obsolescência planejada” e de outras engenhosas práticas

manipuladoras, divisadas para manter os lobos da superprodução, longe da porta das indústrias de consumo.

Assim, as teorias burguesas tratam de manipular estratégias para tentar solucionar os problemas de forma ilusória, fazendo com que as pessoas acreditem que vivem em uma sociedade moderna e democrática de “livre escolha econômica”, universalmente benéfica de “livre escolha política”, no qual o imperialismo e todos os problemas de antagonismo econômicos e políticos que antes era solucionado pela força, fazem parte do passado (MÉSZÁROS, 2002, p. 228). Consequentemente, quando esses antagonismos fogem do controle e se tornam sérios demais, são tratados por meios “consensuais”, abandonam-se todos os disfarces democráticos para imperar a relação de força instituída pelo sistema global do capital, garantindo a permanência e sujeição de controle dos povos por métodos nada democráticos (Ibidem, p. 228).

Devido à grande expansão global e as transformações monopolistas, o sistema do capital sofre restrições limitadoras nas estruturas da base material e no campo da política. Assim, a produção material não pode ser reproduzida em escala expandida, sem a perpetuação das contradições entre trabalho e capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 242). Nesse sentido, o imperativo de acumulação expansiva é definido pelo autor como sendo irrefreável e sem limites, decorrentes das próprias fraturas e dos defeitos estruturais que estão presentes desde o início no sistema do capital.

Para Mézáros, o sistema capitalista é um modo de sociometabolismo em última instância incontrolável e destrutivo, que não apenas reproduz mercadoria, nem apenas é explorador de mais-valia, mas também produz e reproduz relação social: capitalista e trabalhador assalariado. Este sistema do capital tem cada vez mais se fortalecido mediante sua relação com a estrutura estatal. Por isso o sistema do capital está cada vez mais buscando meios para impulsionar o trabalhador a intensificar o consumo. Nesse sentido, Mézáros (2002, p. 675) cita Marx para afirmar que:

A despeito de todos os discursos ‘piedosos’, ele [o capitalista] busca meios para impulsionar [os trabalhadores] ao consumo, procura dar aos seus produtos novos encantos inspirar, novas necessidades pela propaganda constante etc. É exatamente este aspecto da relação de capital e trabalho que é um momento essencialmente civilizador, e no qual se apoiam tanto a justificativa histórica como o poder contemporâneo do capital.

Com o advento do elevado consumo em massa que pode levar à destruição da humanidade, Mészáros (2002, p. 678) faz oposição a esse sistema do capital através de um ofensiva socialista, com uma forma de vida completamente diferente da forma vivenciada na sociedade capitalista, mas adverte que “Infelizmente, no entanto, não há garantia de que prevalecerá a potencialidade positiva que aponta na direção de uma transformação socialista”.

De acordo com o autor, em relação aos desdobramentos do capitalismo, Mészáros (2002, p. 679, grifo do autor), citando Rosa Luxemburgo, afirma que esta percebeu o notório investimento do Estado na manutenção de um aparato militar, constituindo assim uma configuração peculiar do controle social:

Na forma de contratos governamentais para suprimentos militares, o poder de compra disperso dos consumidores é concentrado em grandes quantidades e, livre das *extravagâncias e flutuações subjetivas do consumo pessoal*, ele adquire quase *regularidade automática e crescimento rítmico*. O próprio capital basicamente controla este movimento rítmico e automático da produção militar por meio do legislativo e da imprensa, cuja função é moldar a assim chamada ‘opinião pública’. É por isso que, de início, esta área particular da acumulação capitalista parece capaz de *expansão infinita*. Todos os outros esforços para expandir o mercado e estabelecer as bases operacionais do capital dependem largamente de fatores históricos, sociais e políticos, que estão além do controle do capital, ao passo que a produção para o militarismo representa um campo cuja *expansão progressiva e regular* parece primariamente determinada pelo *próprio capital*.

Contra-pondo-se metodologicamente a essas teorias, Mészáros ressalta, ao longo da obra, que apesar das diversas intervenções oferecidas pelo Estado nas diferentes fases de desenvolvimento do capital, só agravaram os problemas da humanidade, sendo pura ilusão acreditar nessas mediações do Estado como reconciliador dos conflitos sociais da sociedade.

Na concepção do filósofo húngaro, na sociedade especificamente capitalista o Estado burguês mantém a ordem social e provoca cada vez mais as contradições antagônicas. Neste sentido a ideologia camufla a luta de classes na medida em representa a sociedade de forma ilusória, mostrando uma e harmônica. E assim, esconde que o Estado, ao expressar os interesses da classe dominante, está longe de representar o bem comum:

[...] a ideologia desempenhou papel importante nesse processo de readaptações estruturais. A reprodução bem-sucedida das condições de domínio não poderia ocorrer sem a intervenção ativa de poderosos fatores ideológicos em prol da manutenção da ordem existente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1032).

Para ele, essas teorias só contribuem para justificar a permanência das hierarquias estruturais do sistema perpetuador de exploração socioeconômica da ordem capitalista. Em vista disso, ele enfatiza a devida necessidade de abolir o Estado para resolver as contradições da sociedade civil.

Ao se basear na análise dos limites da política em Marx, Mészáros acusa os políticos radicais e revolucionários de não buscarem os fundamentos dos males sociais na *essência do Estado*, mas numa determinada forma *de Estado*. Sendo assim, no seu ponto de vista, é necessário negar a positividade da política, buscando situar-se no plano material, para ser verdadeiramente crítico do Estado (MÉSZÁROS, 2002, p. 564).

Na opinião do autor, o Estado político burguês não pode ser *abolido* nem por um decreto, nem por toda uma série de medidas político-administrativas, a não ser por intermédio de uma revolução. Mas não pode ser puramente uma revolução política, devendo ser uma revolução *social* liderada necessariamente pelo proletariado que é o sujeito real da emancipação, sendo este capaz de reverter as contradições antagônicas da ordem dominante com a transcendência do Estado em escala global/universal (MÉSZÁROS, 2002, p. 566).

Na conclusão de Mészáros,

A dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente *econômico*, não político. Tudo o que a política pode é fornecer as 'garantias políticas' para a continuação da dominação já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente. Consequentemente, a dominação do capital não pode ser quebrada no nível da política, mas apenas as garantias de sua organização *formal*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 576, grifo do autor).

Assim, Mészáros procura redefinir estratégias radicais, retomando a ofensiva socialista, que possibilitem ir muito além da política para conceder a revolução social defendida por Marx. Nesta perspectiva, Mészáros advoga a necessidade do Estado ser radicalmente transcendido:

Nesse sentido, a radical transcendência do Estado é um lado da moeda, representando os horizontes finais de toda estratégia socialista. Como tal, deve ser complementada pelo outro lado, a saber, pelo projeto de mediações concretas pelas quais a estratégia final pode ser progressivamente traduzida em realidade. A questão é, portanto, como reconhecer, por um lado, as demandas da temporalidade imediata sem ser por elas aprisionado; e, por outro lado, como permanecer firmemente orientado para as perspectivas históricas últimas do projeto marxiano sem se afastar das determinações candentes do presente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 597).

Na compreensão de Mészáros, “nem o capital, nem o trabalho, nem sequer o Estado podem ser simplesmente *abolidos*, mesmo pela mais radical intervenção jurídica” (MÉSZÁROS, 2002, p. 600). Por esse motivo, o autor adverte que “Não é, portanto, de modo algum acidental que a experiência histórica tenha produzido abundantes exemplos de fortalecimento do Estado pós-revolucionário, sem dar sequer o menor passo na direção do seu fenecimento” (Ibidem, p. 600).

### **Considerações finais**

De acordo com as análises conclusivas de Mészáros, o sistema do capital é uma articulação entre capital, trabalho e Estado e por isso é inconcebível emancipar o trabalho sem a superação do capital e do Estado. “Pois paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência do capital” (Ibidem, p. 600). Enquanto perpetuarem essas condições materiais, não desaparecerá o capital, seja ela na sociedade capitalista, seja na pós-capitalista e independente de quanto sejam “avançados ou desenvolvidos”, estão destinados ao fracasso. “Pois o sistema do capital, por sua própria natureza, é um modo de controle global/universal que não pode ser historicamente superado exceto por uma alternativa sociometabólica igualmente abrangente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 599).

Enfim, Mészáros faz um alerta que ao longo dos últimos anos estamos enfrentando um poder de domínio do capital de caráter universal que ultrapassa para todos os cantos mais distantes do mundo. Diante desse fato, a humanidade sofre com vários problemas devastadores decorrente desse processo global do capital.

Mészáros (2002, p. 1034, grifo do autor) expressa a positividade do socialismo a partir de Rosa Luxemburgo, ressaltando que: “*o socialismo não será e não pode ser inaugurado por decreto; não pode ser estabelecido por qualquer governo, ainda que admiravelmente socialista. O socialismo deve ser criado pelas massas, deve ser realizado por todo o proletário*”. Portanto, o fim do Estado e da divisão social hierárquica só podem se efetivar evidentemente com a superação da propriedade privada dos meios de produção.

De acordo com a interpretação de Mészáros,

É evidente que tais objetivos não podem ser alcançados sem o trabalho da ideologia emancipatória, através da qual a estrutura de motivação necessária para a transformação de ‘toda a maneira de ser’ dos indivíduos sociais é definida e constantemente redefinida. Não de cima, mas como uma questão de atividade própria conscientemente buscada. (Ibidem, p. 1034).

Portanto, é necessário que a humanidade vislumbre uma nova ordem social para além do capital, na qual possa instaurar uma nova forma de trabalho, associado, que só será possível com o “fenecimento do Estado” e o “fenecimento do capital”. Porém, enquanto o capital permanecer perpetuando como regulador do processo sociometabólico, essa ideia será inconcebível (MÉSZÁROS, 2002, p. 6001-6002).

Segundo Tonet (2012, p. 35, grifo do autor):

Os homens serão efetivamente (plenamente) livres quando puderem, de fato, ser senhores do seu destino. Isto nada tem a ver com liberdade absoluta, anárquica ou irrestrita. Tem a ver apenas (e isto é essencial) com a possibilidade de os homens estarem em condições – a partir de uma base material capaz de criar riquezas suficientes para satisfazer as necessidades de todos – de seres efetivamente sujeitos da sua história. (TONET, 2012, p. 35).

Portanto, é com base nessa perspectiva de um novo modelo de sociabilidade plenamente livre que Marx prevê que a força social imperará produzindo bem necessário para a sobrevivência humana. Assim será instaurado um novo modelo de ordem social, acessível a todos os homens, tendo como base material o trabalho associado, condição necessária para a emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo José Paulo. Prólogo. In: MÉSZÁROS, I. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p.15.

ARAUJO, Rosangela de. **O Estado: Elemento Estrututante do Capital**. UFAL. PIBIC. RELATÓRIO PARCIAL 2013-2014.

ARAUJO, Rosangela de. **O Estado: Elemento Estrututante do Capital**. UFAL. PIBIC. RELATÓRIO FINAL 2013-2014.

MELO, Edvânia. Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares. (Org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lúkács, 2012, p. 29 - 58.

MÉSZÁROS, I. Os imperativos corretivos do capital e o Estado. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.2:2.2.p.106-125.

MÉSZÁROS, I. A dissonância entre as estruturas reprodutivas materiais do capital e sua formação de Estado. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.2.3.p. 125-132.

MÉSZÁROS, I. O capital transnacional e os Estados nacionais. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap. 5:5.1.p. 227- 248.

MÉSZÁROS, I. Como poderia o estado fenecer? In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.13.p. 561-563.

MÉSZÁROS, I. Os limites da ação política. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.13.1.p. 563-566.

MÉSZÁROS, I. Os principais traços da teoria política de Marx. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.13.2.p. 566-571.

MÉSZÁROS, I. Revolução social e voluntarismo político. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.13.3.p.571-577.

MÉSZÁROS, I. Crítica da filosofia política de Hegel. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.13.4.p.577-584.

MÉSZÁROS, I. O deslocamento das contradições do capital. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.13.5.p.584-592.

MÉSZÁROS, I. Ambiguidades temporais e mediações que falam. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.13.6.p. 592-602.

MÉSZÁROS, I. A linha de menor resistência do capital. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.16.1.p. 675-695.

MÉSZÁROS, I. O significado do complexo militar- industrial. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.16.2.p. 685-695.

MÉSZÁROS, I. Das “grandes tempestades” a um continuum de depressão: administração da crise e auto – reprodução destrutiva do capital. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.16.3.p.695-700.

MÉSZÁROS, I. Divisão do trabalho e o Estado pós- capitalista. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.23.p.1032-1034.

MÉSZÁROS, I. O Estado pós- revolucionário. In:\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap.23.p.1059-1061.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução à crítica. 5. Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

TONET, Ivo. Educação e Cidadania. In: \_\_\_\_\_.**Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lúkács, 2012, p. 45- 59.